

FORMAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA ÚLTIMA DÉCADA

Sayarah Carol Mesquita dos Santos – UFPE

E-mail: sayarahcarol@hotmail.com

Marília Taya Amorim Moura – UFPE

E-mail: marilia_taya@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar a formação para o empreendedorismo na educação brasileira, considerando as políticas estabelecidas na última década. Para essa finalidade abordamos, inicialmente, o ensino do empreendedorismo no contexto da flexibilização produtiva do capitalismo, seguida pela discussão do empreendedorismo na política educacional dos governos de Dilma e Temer.

DESENVOLVIMENTO

A década de 90 representou o ímpeto da economia informal brasileira: o empreendedorismo. Muito se fala em ser dono do seu próprio negócio na busca pela independência financeira, seja pela oportunidade de criar um negócio ou pela necessidade de alternativa de renda, mas o fator principal foi o aumento do índice do desemprego, que atinge sobremaneira entre os jovens (SILVA; SILVA; PEREIRA, 2019). O desemprego é resultado de profundas transformações na sociedade em articulação com precedentes da precarização e da superexploração dos trabalhadores (ANTUNES, 2020), sucedidos do processo de reestruturação produtiva e da financeirização da economia (HARVEY, 2016) e da desregulamentação dos direitos trabalhistas, bem como, sociais, culturais e políticos, advindos do fenômeno da globalização.

A lógica da produtividade, da competitividade e da individualidade deram causa à nova era da acumulação flexível e das políticas públicas de cunho neoliberal. Todo esse movimento provocou reflexões acerca dos reais propósitos dessas ações voltadas à qualificação profissional, cujo objetivo é aumentar o nível de empregabilidade e desenvolver capacidades empreendedoras, principalmente por meio da educação escolar (COAN, 2011). Exige-se hoje, um trabalhador com perfil coerente com essa nova realidade, com características como: criatividade, produtividade e aptidão para enfrentar os desafios do mercado de trabalho.

Destacam-se algumas vivências empreendedoras particularmente na educação básica e profissional, como a participação ativa do Sebrae, visando estimular a participação de projetos que compõe o Programa Nacional de Educação Empreendedora, como: Jovem Empreendedor, Despertar e Junior Achievement. Além disso, esses programas têm o estímulo das Secretarias de Educação e a exigência que deve ser trabalhado pelos professores de modo geral, por meio das unidades curriculares e do desenvolvimento de projetos de iniciativa privada entre professores e alunos.

A política encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores, inicialmente com Lula e depois com Dilma tolerou um crescente processo de flexibilização, além da conformação à ordem burguesa, seja no plano econômico, político e social. “Na prática, isso foi comprovado através das incessantes reformulações do programa político e do afastamento dos embates de classe” (PAULA; LIMA; FERREIRA, 2016, p. 5). Uma política pautada na conciliação de classes, atendendo, sobretudo, aos imperativos da burguesia, enquanto para a classe trabalhadora destinando uma política de cunho compensatório e assistencialista, a fim de amenizar as severas desigualdades sociais.

Nesse contexto, Salomé e Soares (2018) consideram que as políticas do governo petista representaram uma continuidade das políticas neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso, que tinha como objetivo tornar a educação mais destinada aos objetivos do mercado capitalista.

À medida que muitos jovens tinham acesso a Educação Básica e ao Ensino Superior público, havia também maiores investimentos e destinação de recursos públicos para a esfera privada, seja pela via das parcerias com os setores empresariais que ofertassem modelos de currículo e gestão para as escolas públicas, seja pela via de financiamento público para instituições privadas de Ensino Superior. Além disso, com a intensificação da crise econômica, no segundo governo de Dilma, o regime pós-fordista e financeirizado asseverou a espoliação social e do projeto de cunho desenvolvimentista da era petista, passou-se às “políticas de austeridade fiscal desenhadas [...] pelo setor financeiro” (BRAGA, 2017, p. 178).

Freitas (2018) argumenta que no cenário geral, deparamo-nos com a lógica mercantil e concorrencial em todos os aspectos da vida, com a inserção do individualismo sob a roupagem do empreendedorismo, fazendo com que os jovens sejam os únicos responsáveis pelo seu sucesso ou fracasso, sem nenhuma garantia de condições materiais e sem proteção do Estado para chegar a um patamar de vida melhor socialmente. Assim, a ênfase recai na sobrevivência dos mais fortes e eliminação dos mais fracos.

O tema do empreendedorismo se insere nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, estabelecida pela Resolução nº 6/2012, que busca integrar a formação técnica e a formação geral, proporcionando aos estudantes, também, os fundamentos do empreendedorismo.

Na reforma do Ensino Médio do governo Temer, se encontra a chamada flexibilização escolar que se sintoniza com a flexibilização produtiva do capitalismo (KUENZER, 2020). Produz-se um novo currículo atrelado às exigências do mercado de caráter flexível e não mais rígido e padronizado. Se insere a formação dos jovens para as demandas flexíveis do capitalismo que, dentre elas, fomenta uma educação para empreender como oportunidade de desenvolver produtos e processos inovadores, se adaptando às demandas do mercado, cada vez mais competitivo, dinâmico, conectado às tecnologias digitais.

O Estado, nessa lógica, se exime do seu papel social de garantir emprego e condições dignas aos trabalhadores e atribui a responsabilidade aos indivíduos, impulsionando formas excludentes para que estes busquem na figura do mercado estratégias e soluções individuais para manter a sua existência (CASTRO; NUNES, 2014). O culto ao empreendedorismo se sustenta, portanto, no culto ao mercado, que de toda maneira busca gerenciar a vida social dos trabalhadores como um todo.

CONCLUSÕES

O empreendedorismo ascende como uma forma dos jovens empreender diante do desemprego, como uma alternativa na qual desloca a responsabilidade exclusivamente para o indivíduo, atribuindo a ele o fracasso ou sucesso individual e sem interferência das políticas de Estado. Educa-se os jovens para encarar tanto o desemprego como as possíveis chances de obter renda através da capacidade individual, inseridos num sistema em que poucos obtêm sucesso.

A formação empreendedora não é acidental, mas articulada com a ideologia neoliberal de que os jovens podem ser empreendedores, podem criar e inovar com o intuito de serem patrões de si sem mediação ou interferência da “mão” do Estado, criando ilusões de que o futuro depende exclusivamente das suas iniciativas, da sua proatividade e da capacidade de se reinventar, esquecendo muitas vezes dos processos de superexploração que envolve essa ideia nefasta de ser empreendedor.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRAGA, R. **A rebeldia do precariado**: trabalho e neoliberalismo no sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.

CASTRO, C.; NUNES, T. Crítica à razão empreendedora: sobre a função ideológica do empreendedorismo no capitalismo contemporâneo. **Revista de Derechos Humanos y Estudios Sociales**, v. 6, n. 11, p. 117-135, jan./jun., 2014. Disponível em: <http://www.derecho.uaslp.mx/Documents/Revista%20REDHES/N%C3%BAmero%2011/Redhes11-06.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2021.

COAN, M. **Educação para o empreendedorismo**: implicações epistemológicas, políticas e práticas. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

KUENZER, A. Sistema educacional e a formação dos trabalhadores: a desqualificação do Ensino Médio flexível. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 57-66, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v25n1/1413-8123-csc-25-01-0057.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.

PAULA, A.; LIMA, K.; FERREIRA, E. A política educacional dos governos do PT: a predominância do interesse privado/mercantil. **Revista Sobre Ontens**, v. 1, p. 1-30, 2016. Disponível em: <http://revistasobreontens.blogspot.com/p/edicao-2016.html>. Acesso em: 15 jan. 2021.

SALOMÉ, J.; SOARES, N. Política educacional brasileira e as diretrizes do banco mundial. **Interacções**, Santarém/Portugal, n. 49, p. 130-152, 2018. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/16160>. Acesso em: 15 jan. 2021.

SILVA, D.; SILVA, M.; PEREIRA, T. Desemprego Juvenil: breves reflexões sobre seus determinantes no panorama atual. In: SILVA, M.; OLIVEIRA, M.; SILVA, J. (Orgs.). **O grito do silêncio: infância, juventude e políticas públicas na cena contemporânea**. Maceió: EDUFAL, 2019. p. 137-151.